

Entre a proteção e a exploração, a caça

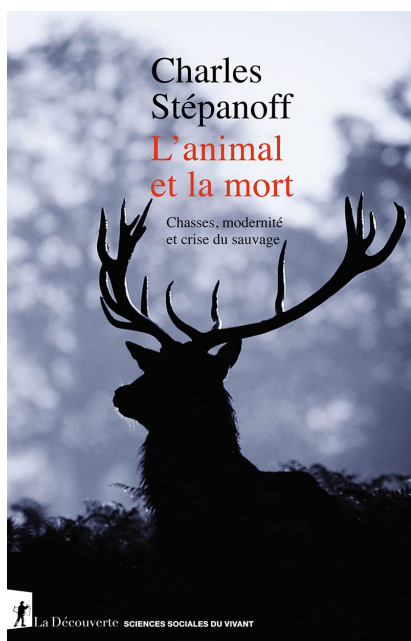
DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/h1678-9857.ra.227910>



Fabiano Campelo Bechelany

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará | Marabá, PA, Brasil
fabianobechelany@gmail.com |
<https://orcid.org/0000-0002-9414-6312>

Livro | STÉPANOFF, Charles. 2021. *L'animal et la mort: chasses, modernité et crise du sauvage*. Paris, Éditions La Découverte (Sciences sociales du vivant), 384p.



INTRODUÇÃO

Um estranho paradoxo constitui o tratamento dispensado aos animais no mundo moderno: de um lado, uma sensibilidade exacerbada, que condena qualquer atitude de violência dirigida aos bichos; de outro, uma insensibilidade endurecida, que

nos torna indiferentes aos abates de animais em escalas industriais. Essa mistura desconcertante de atitudes se manifesta numa crise da sensibilidade, que atravessa a atual mutação ambiental em que nos metemos.

Essa questão dá ensejo a abordagem que Charles Stépanoff desenvolve em seu recente livro, *L'animal et la mort: chasses, modernité et crise du sauvage*. Nele, o antropólogo estuda as relações modernas com o mundo natural e discute o modelo cosmopolítico que a sustenta. Stépanoff se vale de sua experiência como etnólogo, produzindo comparações amplas e iluminando a gênese e o desenvolvimento do tratamento dispensado aos viventes no Ocidente moderno. Sua atenção se concentra na articulação entre duas formas de relação com os viventes: “uma que se chama o amor pela natureza, que condena e rejeita a violência, e a outra a exploração da natureza, que faz da violência conquistadora um objetivo e um valor tanto quanto condição da abundância e progresso” (p. 8). A articulação dessas duas atitudes, a proteção e a exploração, é chamada por Stépanoff de “exploteção” (*exploittection*). Trata-se de uma forma de partilha e articulação que se desenvolve ao longo da história moderna, e embora sua separação possa sugerir que se trata de atitudes antagônicas, uma se nutre da outra.

Do ponto de vista da ecologia das relações, diz Stépanoff, essa partilha

criou uma ruptura moral entre aquilo que está fadado à exploração produtiva (as terras agrícolas, os animais de renda, as florestas industriais) e aquilo que, transbordando além da humanidade, é digno de relações morais, de afetos e proteção (as pessoas, os animais de companhia, as espécies e as paisagens protegidas). A sensibilidade protetora anima nossas ideias, enquanto a exploração produtivista nos nutre: indissociáveis, eles são a alma e o corpo da nossa modernidade (Stépanoff, 2021, p. 11).

Para investigar a dupla relação com o vivente na modernidade, Stépanoff aborda uma atividade que se insere em nossa partilha ontológica atual como uma anomalia dificilmente admissível: a caça. Praticada em diferentes contextos ao redor do mundo, a caça entra em contradição flagrante com o dualismo exploração-proteção. Na caça, a violência não é industrializada nem dissimulada, ela é socializada, exibida, ritualizada no centro da vida comunitária. A caça colide, assim, com a proteção generosa em relação ao vivente; mas ela contradiz também a exploração extrativa que visa a submeter as terras ao trabalho, porque exige a manutenção dos espaços e dos animais em estado selvagem, escapando à domesticação. Caçar bichos, afirma o autor, “implica perceber o animal não como simples recurso material, mas como agente de um certo comportamento e de uma certa relação com o meio, por sua capacidade de se alimentar de maneira autônoma, de se reproduzir livremente e de se defender” (p. 14). Uma definição que tem a vantagem de colocar a

questão em sua articulação material e metafísica, para além do caráter econômico da atividade. O mergulho de Stépanoff na caça revela não apenas a complexidade da atividade, irreduzível a dualismos (como os de utilitário x sagrado, por exemplo), mas uma prática que se constitui a partir de éticas, ecologias e políticas que, sem excluírem a violência, se dão na partilha com o mundo selvagem.

Charles Stépanoff é antropólogo e professor na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, na França, e tem ampla experiência de pesquisa na região da Sibéria, trabalhando com temas relacionados ao xamanismo e às interações entre humanos e não humanos. *L'animal et la mort* representa uma mudança de rota em suas pesquisas, da taiga siberiana para uma região a 120 km de Paris, cidade onde mora. Conta-nos o antropólogo que os constrangimentos da pandemia do coronavírus o impediram de viajar para a Sibéria e o levaram a deslocar sua pesquisa para as cercanias da capital francesa. Desenvolveu então uma etnografia nas regiões do Perche, Beauce e Yvelines, junto aos habitantes camponeses, pequenos agricultores e praticantes da caça. A região se caracteriza por áreas agrícolas, florestas e bosques, habitados por uma fauna selvagem diversa. Ali é realizada, por moradores e visitantes, a caça de pequenos animais, como aves (perdizes, faisões e outros), pequenos mamíferos (lebres, texugos, raposas), além de grandes animais, como os javalis e cervos¹.

O estudo etnográfico de Stépanoff procede por uma aproximação às comunidades que caçam e aos seus modos de *aterragem ao solo*, formas de vida que se realizam em *comunidades híbridas* – conceito do autor que dialoga com a *vida multiespécie* abordada em outras antropologias. Ocorre que essas formas de habitar o mundo se encontram em confronto com processos de transformação e modernização, o que Stépanoff denomina *guerras dos modos de vida*, recorrentes em diferentes regiões do planeta. *L'animal et la mort* se apresenta, então, como um estudo profundo sobre princípios ontológicos que se colidem no território, tendo a caça como cena privilegiada. Nesse sentido, o livro busca “contribuir para uma cartografia das posições que se afrontam e a uma arqueologia de suas fundações em termos de organização da subsistência e da distribuição da violência” (p. 17).

Para tanto, Stépanoff desenvolve sua etnografia somando outros recursos de pesquisa. Entre estes, o autor acompanha a atuação de grupos ligados à defesa dos animais, investiga arquivos, documentos oficiais, relatórios de gestão estatal, programas de desenvolvimento agrícola. Com essa pletora de materiais, o antropólogo compõe uma análise dos vínculos da natureza com a política, com a economia e com os habitantes humanos de determinados sistemas ecológicos.

O livro se completa com uma outra investida analítica, uma investigação sobre os fundamentos da nossa atual relação com a natureza na história, filosofia e sociologia da caça ao longo do tempo. Essa análise se divide em duas outras partes na obra, que se somam à primeira parte dedicada à etnografia: “Soberania e sangue

¹ | Vale destacar que a caça é uma prática ainda muito ativa nas florestas da França, realizada em diferentes configurações sociais – e por membros de distintas classes sociais. Ao longo do tempo, ela se tornou uma prática altamente institucionalizada, o que permite o controle do estado francês.

selvagem das origens aos nossos dias” (segunda parte); e “Éticas e contraéticas da predação” (terceira parte). Na segunda parte, o autor reconstitui uma história, francesa e europeia, de diferentes configurações em que *poder* e *caça* se articulam: suas manifestações no poder político, na soberania, na propriedade privada e no controle do selvagem. Em seguida – terceira parte –, enfrenta os dilemas éticos relacionados à caça que emergem em nosso contexto atual, reconstituindo o desenvolvimento mais profundo da nossa sensibilidade em relação ao mundo natural. Na conclusão, o autor retoma seus argumentos e os coloca em diálogo com teorias contemporâneas da antropologia.

UM MUNDO FAMILIAR QUE SE ESVAI

O estudo etnográfico da região do Perche, Beauce e Yvelins representa a contribuição mais instigante do livro, com ricas análises da eco-cosmologia local e as *lutas geossociais* travadas nas paisagens da região. A etnografia parte das percepções dos caçadores habitantes da região sobre as mudanças contemporâneas que alteram as redes de interações multiespecíficas em que sempre estiveram inseridos. A análise segue a linha dos chamados estudos de “nostalgia ecológica”, diz o autor: “Sem a memória dos antigos, como podemos perceber que vivemos em uma paisagem de ruínas?”. Transformações no regime infraestrutural – chamadas pelos gestores públicos de “modernização” – atravessam a região a partir de inúmeras intervenções, que se dão no espaço, no tempo, nas atividades em que se ocupam as pessoas. São projetos que geram novas associações e tensões na paisagem e que se manifestam, por exemplo, na gestão estatal de uma espécie local, na circulação intensificada de máquinas agrícolas, no parcelamento institucional das terras, nos novos arranjos econômicos e sociais.

A etnografia se guia por uma pergunta: o que significa habitar um mundo que se esvai? A região testemunha a erosão da sua biodiversidade, que para os caçadores significa também o desaparecimento de sociabilidades intensas (sumiram os insetos, os pássaros e a caça menor). Já os projetos de domesticação do vivo, de controle do selvagem, modificaram a presença de algumas outras espécies, como é o caso do javali e da perdiz. Ambos figuram de modo central na vida, na cozinha e no imaginário local. Contudo, são objeto de um processo de intervenção estatal contínua, sustentado pela ideia de “melhoramento da natureza”, por meio da domesticação para disponibilizá-los à caça. A reprodução da perdiz e do javali em cativeiro acabou por transformar o animal selvagem em uma mercadoria. O caso dos javalis é ainda mais curioso, pois é um desses animais que se beneficiam das transformações locais, tendo como efeito um crescimento populacional vertiginoso.

O que ressalta então da análise etnográfica de Stépanoff é a forma como a

caça dos camponeses da região se constitui em emaranhados multiespécie, que são mutuamente constitutivos da vida humana e das paisagens e seres do lugar. Vêm à tona as relações morais e éticas que sustentam tais comunidades híbridas, a constituição de inter-relações no espaço rural em que o animal selvagem é uma espécie de parceiro, por vezes um “vizinho admirado”. Nesse sentido, a caça camponesa não está muito distante das formas de animismo presentes na paisagem siberiana ou amazônica. Com efeito, Stépanoff identifica ali um “animismo menor”, que não está organizado em mitologias, rituais, mas que se apresenta como *ilhas dentro de paisagens naturalistas*, resistências e divergências no seio de formas dominantes de relação com o vivente. Essa análise sinaliza também para uma senda de estudos que podem compreender “contrabandos cosmológicos” presentes em outras regiões, abrindo uma investigação sobre “as oposições que a cosmologia naturalista pode ter encontrado no Ocidente no curso de sua ascensão ao poder” (p. 16). A questão, então, é saber se estas ilhas de resistência puderam se manter como zonas marginais de outros modos de habitar o mundo.

No interior francês, o que se passa é que o processo de arruinamento dos ecossistemas provocado pela modernização do campo se faz acompanhar de conversões da terra e da natureza em substrato apenas do trabalho racional, despojada de outras relações sociais. Essa ruptura e consequente conversão cosmológica se manifestam na gestão racionalizada da caça ao longo do século XX. Sobretudo no pós-guerra, a caça no interior francês passa por uma institucionalização e planificação que deitam raízes nos planos de gestão propostos para a agricultura, nos anos que seguem a Revolução Verde no mundo. O controle institucional, enquadramento jurídico e formatação econômica cada vez mais densa se expressam, para os caçadores, em uma crescente burocratização e mercantilização da caça.

O movimento de emergência da gestão racional da caça está ligado a uma dupla dinâmica secular: uma vontade de reforma moral das classes populares e um desenvolvimento do mercado da natureza. O que se passa é um embate entre a caça popular e as elites sociais e políticas. Estas avançam no controle da atividade, por meio de encadeamentos legislativos, resguardando direitos de propriedade, instituindo federações de caça, impondo limitações para o abate. O efeito é a transformação da atividade em um “esporte”, não sem a resistência das classes populares de acessar os animais, tomados como um bem da natureza. A institucionalização da atividade tem também como horizonte a disciplinarização das classes populares, um controle da educação dos caçadores, moralização do que era considerada a turbulência dessas camadas. Por isso, afirma Stépanoff, “A modernização liderada pela revolução administrativa tem sido uma *luta de classes cosmológica*” (p. 221, grifo meu).

Para dar conta desses mecanismos de gestão e controle das relações entre o homem e o mundo selvagem, Stépanoff elabora a ideia de “biopoder cinegético”, que compreende formas de governamentalidade por meio de mecanismos de regu-

lação da aleatoriedade que é própria da caça. Se a ontologia camponesa se organiza por uma ética do perigo e do dom para lidar com a alteridade não controlada do mundo selvagem, o biopoder cinegético que se desenvolve por meio dos dispositivos de gestão estatal tem agora uma conexão com outra dinâmica: o mercado da caça e a relação com caçadores-clientes. O que move esse biopoder cinegético são os valores da disciplina, do controle e da rentabilidade, opostos à autonomia, auto-defesa e partilha próprias à caça camponesa. Portanto, a política de modernização, com a criação de perdizes e faisões, com a alimentação de inumeráveis javalis, com a utopia do animal de caça-produto, faz com que a caça entre no paradigma de *exploitation* produtiva da natureza. A modernização biopolítica é contra a gratuidade, fonte de desordem e contrária à gestão contábil. A caça esportiva, cujo modelo mais puro é o safari, é desterrada (*hors-sol*): ela estabelece um face a face purificado entre o caçador e a besta. Em oposição, a *caça terrestre* é uma trama complexa entre o habitante, a fauna e o território que compartilham.

Essa abordagem das relações de poder e caça é objeto de uma recapitulação histórica mais ampla que Stépanoff realiza na segunda parte do livro. Ele aborda aí uma história das relações com a caça que se desenvolveram ao longo de séculos na França e na Europa, sobretudo a partir do poder monárquico dos reis absolutistas e seu avanço na constituição de um estado territorial e de direitos de propriedade sobre a natureza. O processo de longa duração que se revela é também um longo processo de despossessão: “a proteção da fauna e da natureza foi progressivamente retirada dos habitantes para se erigir em prerrogativa política” (p. 289).

O desenvolvimento posterior à Revolução Francesa dá o tom da relação atual com a caça: a soberania proprietária e a apropriação do animal selvagem. Trata-se do monopólio da fauna por uma elite social, justificada agora pela preservação do animal de uma destruição próxima provocada pelos caçadores populares. Mascaramento de lutas sociais, a suposta preservação se afirma na ideia de que essas mesmas elites teriam um laço moral mais profundo com a natureza do que os habitantes rurais. Essa mesma concepção não é difícil de encontrar hoje. Uma visão burguesa sobre os caçadores camponeses – que representariam uma ameaça à fauna – se mantém ao longo dos séculos até os dias atuais. Se a exigência de uma sensibilidade maior na caça era a tônica anterior, hoje ela se reveste para as classes médias urbanas em uma atitude contrária a toda forma de caça.

DIVISÃO DO TRABALHO MORAL

A terceira parte do livro se dedica às éticas em confrontação no seio da caça, o que sobressai na etnografia a respeito do embate entre os defensores dos animais e os caçadores. A ética do habitar dos camponeses se opõe ao que o autor identifica

como um ponto de vista destacado sobre terra, próprio dos animalistas. Mas mais do que escolher entre os dois lados, o que o antropólogo busca são os fundamentos que sustentam essas perspectivas. Para isso, Stépanoff realiza outro mergulho, agora sobre os fundamentos filosóficos e mesmo sociológicos da atividade, o que lhe permite trazer à tona o processo de cristalização de sensibilidades ligadas à vida selvagem.

Essa história possibilita traçar uma espécie de genealogia da proteção da vida selvagem, perscrutando o sentimento anticaça ao longo da história e a sacralização da natureza. Dois personagens conceituais se destacam nessa história. Ainda na Idade Média a figura religiosa do *eremita* emerge em oposição ao caçador: o eremita propõe um tratamento pacífico do selvagem – uma relação puramente social, ele não come o selvagem. Do outro lado do espectro, outra figura religiosa se opõe ao caçador: o *monge*. Este rejeita a incorporação do selvagem, seja social ou física, advogando pela domesticação, ele vê nas bestas selvagens e nas florestas uma ameaça. O eremita e o monge são dois arquétipos originários de formas de relação com a natureza familiares à idade moderna: por um lado, a proteção do meio selvagem contra a predação civilizatória, de outro o projeto civilizacional de exploração do meio natural.

O desenvolvimento histórico aqui caminha na direção de uma separação moral da humanidade dos animais. Somos moralmente distintos, como o darwinismo e a modernidade destacam, ao mesmo tempo que somos todos animais. Com efeito, o progresso moral significa um controle maior da nossa animalidade, dos afetos e do nosso íntimo, um condicionamento dos nossos modos, como ilustra a obra de Norbert Elias. Stépanoff analisa de que maneira esse controle dos modos está vinculado à emergência do Estado. A civilização é também uma distinção entre os “domesticados”, isto é, os civilizados, e o resto, o povo, os habitantes da terra. Ora, a civilizada sensibilidade com os animais caminha, então, de par em par com essa separação, por onde se erige o que o autor caracteriza como uma “divisão do trabalho moral” na modernidade. A violência produtiva é delegada aos grupos minoritários, marginalizados, ao povo. Uma forma de organização social que delega a violência ao longo da estratificação social: “a pacificação dos modos e a delegação social da violência fundam a estrutura mesma de nossa organização social e garantem a soberania do Estado” (p. 356). A especialização econômica se faz acompanhar de uma diferenciação ética: de um lado os produtores, especialistas da violência; de outro os consumidores, que cultivam um refinamento inverso, intolerante ao sangue e compassivo: “Naturalmente, essas éticas entram em conflito” (p. 357).

Ora, tudo isso parece se distanciar do universo dos caçadores investigado por Stépanoff. Ali, o que está em questão é a existência de uma “metafísica da predação” – e com essa reflexão ele conclui o trabalho. Na *exploração*, vai dizer o autor, a natureza é uma exterioridade, fonte de recursos ou contemplação, de dominação,

transformação em mercadoria ou mesmo de cuidados protetores, “mas com quem jamais nos misturamos, que não entra na definição de nossa identidade, salvo sob o risco de bestialidade”. Na *predação*, “o selvagem é também exterioridade”, mas essa é constitutiva da interioridade e, portanto, simetrizada (p. 374).

Vale dizer que a obra de Stépanoff ilumina a resistência e permanência no mundo contemporâneo dos caçadores e sua atividade. O trabalho permite compreender como a caça se manifesta de uma forma divergente nas relações com o vivente, implicando outras éticas e constituições de mundo. Mais ainda, diz o autor, onde a caça existe, resiste à vontade de destruição e domesticação do mundo e é ali que subsistem as áreas protegidas: a proteção da fauna e dos meios selvagens nascem no mundo de caçadores (p. 372).

NA OUTRA MARGEM DO OCIDENTE

O livro de Stépanoff tem diversos méritos. Destaca-se o constante diálogo que ele tece ao longo das páginas com contextos etnográficos de povos caçadores ao redor do planeta, em especial da zona do Ártico, e o diálogo constante com teóricos e teorias de grande envergadura na antropologia. Mais ainda, o trabalho aponta para desafios centrais da nossa atual crise ambiental, apresentando outras éticas e modos de habitar o mundo selvagem que podem abrir nossa imaginação a modos de existência capazes de recriar nossos sistemas ecológicos. Gostaria de finalizar salientando três aspectos de diálogo possível com o contexto brasileiro e a antropologia praticada aqui.

As análises de Stépanoff, incluindo as confrontações cosmológicas com o *front* da modernização, apresentam dinâmicas que se assemelham a contextos rurais e comunidades tradicionais no interior do Brasil. No país, a caça é praticada ainda com frequência nos interiores, vinculada aos modos de subsistência de populações tradicionais, em paisagens e ambientes diversos. De maneira geral, a atividade da caça no Brasil é pouco conhecida pelo estado e o arcabouço legal que a regulamenta é muito precário, como apontam pesquisadores (Antunes *et al.*, 2019). Entretanto, ela constitui uma dimensão da soberania alimentar, das territorialidades e de cosmologias locais, ainda que permaneça invisível, por vezes abominada, e se encontre, na prática, premida entre a exploração e a proteção da fauna.

E esse ponto me parece significativo para um diálogo com a antropologia brasileira. A abordagem de ruralidades, tendo como foco as relações entre humanos e animais, aponta para espaços da vida social pouco tratados pelos estudos do campesinato brasileiro, mais dedicado às formas de organização social e política, dando pouco espaço para abordagens de suas cosmopolíticas enraizadas em diversas práticas ecológicas².

2 | Para uma exceção, ver a excelente etnografia recente de Jorge Luan Teixeira (2019), sobre a caça de populações rurais no sertão do Ceará.

Por fim, as *lutas geossociais* em movimento no interior francês são guerras entre modos de viver que colocam outra luz sobre o que está em jogo em conflitos de classe, étnicos e raciais tanto lá quanto aqui. Ora, isso me parece uma contribuição decisiva do livro de Stépanoff: o fato de que a caça está no centro de disputas de modos de habitar a terra, tanto em seu conflito contra a exploração intensiva dos ecossistemas, quanto em relação às formas de proteção extensiva dela (parques, reservas etc.), e que esse conflito é também onde modernidade/tradição se apresentam em suas variáveis de mesmo caráter excludente: primitivos/civilizados, ricos/pobres, rurais/urbanos, proprietários/despossuídos. Contra esses binarismos, as caças rurais que Stépanoff descreve são formas de resistência ao modelo da *exploração*. É possível afirmar o mesmo de algumas das modalidades da caça no Brasil?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, André Pinassi *et al.* 2019. "A conspiracy of silence: Subsistence hunting rights in the Brazilian Amazon". *Land Use Policy*, 84: 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.landuse-pol.2019.02.045>.

TEIXEIRA, Jorge Luan. 2019. *Caçando na mata branca: conhecimento, movimento e ética no sertão cearense*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PP-GAS/UFRJ.

Editor-Chefe: Guilherme Moura Fagundes

Editora-Associada: Marta Rosa Amoroso

Editora-Associada: Ana Cláudia Duarte Rocha Marques



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001